

ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO PLENÁRIO DO COMITÊ GUANDU/RJ 2021 – 02.12.2021

1 No segundo dia do mês de dezembro de 2021, às 14h00m, o Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios
2 Guandu, da Guarda e Guandu-Mirim – Comitê Guandu/RJ, deu início à 4ª Reunião Ordinária do Plenário
3 do Comitê Guandu/RJ, não presencial, através de plataforma online (Microsoft Teams), tendo como pauta
4 os seguintes assuntos: **1- Abertura e leitura da pauta; 2- Aprovação das minutas de atas das reuniões**
5 **de 03/08 e 26/08/2021; 3 – Aprovação da distribuição das instituições IGUÁ e AEGEA por setores**
6 **do segmento Usuários, e apresentação destas instituições e da REDUC; 4 - Aprovação da minuta**
7 **de Resolução que “Dispõe sobre a criação e as diretrizes de funcionamento do Grupo de Trabalho**
8 **de Juventude (GTJ)”;** 5 – Aprovação do calendário de reuniões 2022; 6 - Aprovação da minuta de
9 Resolução que “Institui regras de convivência do Comitê Guandu-RJ e dá outras providências”; 7
10 - Aprovação do Acordo de Cooperação Técnica a ser firmado com a ABES para a realização
11 conjunta de atividades visando o desenvolvimento e execução de programas e projetos de
12 cooperação técnico científica e ao intercâmbio em assuntos educacionais, culturais, científicos,
13 tecnológicos e de pesquisa bem como realização de eventos relacionados ao setor de engenharia
14 sanitária e meio ambiente; 8 - Aprovação do Acordo de Cooperação Técnica a ser firmado com o
15 Ministério Público para o intercâmbio de informações, tecnologias, dados e pesquisas versando
16 sobre as políticas nacionais, estaduais e municipais de recursos hídricos e saneamento básico; 9
17 - Aprovação da minuta de Resolução que “Aprova a destinação de recursos financeiros oriundos
18 da cobrança pelo uso da água na Região Hidrográfica II - Guandu para execução de Projeto de
19 Pesquisa e Desenvolvimento e apoio ao monitoramento quali-quantitativo dos corpos hídricos,
20 existentes na Sub-Bacia do Rio Guandu”; 10 – Apresentação FONASC referente à solicitação de
21 apoio à moção; 11 - Encerramento. Por não haver quórum na primeira chamada às 13:30hs, a reunião
22 foi iniciada às 14:00hs. A diretora Ana Asti (SEAS) solicitou que se fizesse a leitura das regras de reunião
23 e logo após a Secretária Executiva fez a leitura dos itens de pauta. **ITEM 1** – A Secretária Executiva
24 informou que foram solicitadas duas inclusões de itens de pauta para serem colocados para aprovação,
25 por meio de votação da plenária, se acatariam ou não esses pedidos. A diretora Ana Asti (SEAS) solicitou
26 à Secretária Executiva que fizesse a leitura das solicitações. A primeira solicitação teria sido enviada pela
27 Tatiana Bastos (IDC) e outros membros: Defensores do Planeta, FAMEJA, OMA Brasil, FONASC,
28 solicitando a prestação de contas periódica das atividades realizadas pela diretoria incluindo demandas
29 recebidas e os devidos encaminhamentos do ano de 2021. A Secretária Executiva informou ainda, que
30 essa prestação de contas solicitada sempre acontece na primeira plenária de cada ano, no mês de
31 fevereiro de acordo com o art. 12 do Regimento Interno, e que já estava prevista para ser apresentada em
32 fevereiro de 2022. A diretora Ana Asti (SEAS) disse que entendeu que essa aprovação poderia ser feita
33 por votação de maioria simples, e poderia ficar como adiada para a prestação de contas de fevereiro
34 de 2022. Tatiana Bastos (IDC) informou que a solicitação feita foi de uma prestação de contas periódica
35 de acordo com o artigo 11, inciso 6º do Regimento Interno, que não seria uma prestação de contas anual,
36 mas uma transparência do que a Diretoria Executiva recebia de demanda e os devidos encaminhamentos,
37 que a prestação de contas de fevereiro não atenderia às necessidades de uma maior transparência e que
38 o embasamento desta solicitação também estaria sendo pelo Regimento Interno. Gilvoneick de Souza
39 (Instituto Socioambiental) disse que o Comitê poderia ser mais democrático e que concordou com a
40 explanação da Tatiana Bastos (IDC) que estaria faltando mais transparência e que o próprio Comitê estaria
41 com uma discriminação de que os membros teriam direito a fala primeiro, independente da ordem das
42 inscrições no momento de fala nas reuniões, e informou que essa questão não teria nenhuma garantia
43 dentro do Regimento Interno. Uiara Martins (FONASC) informou que teriam muitas questões que seriam
44 encaminhadas através de e-mail e não estariam sendo apresentadas nas plenárias, que essas ações
45 teriam que ser informadas nas plenárias. A Diretora Ana Asti (SEAS) respondeu que a fala de todos que
46 se manifestaram teriam sido muito bem esplanada e que poderiam criar uma metodologia mais simples,
47 uma rotina dentro das reuniões das plenárias e em seguida solicitou à Secretária Executiva que fosse lida
48 a segunda solicitação de inclusão de pauta. A Secretária Executiva informou que seria uma solicitação da
49 Diretoria Colegiada, a apresentação do artigo da representante da Águas do Rio no Colegiado, Caroline
50 Lopes, e possível representação do Comitê no evento Mega Cidade e a participação e representação do
51 Comitê Guandu no Fórum Mundial da Água em 2022 em Senegal. Logo após, a Diretora Ana Asti (SEAS)
52 informou que poderiam fazer a votação por maioria simples da primeira solicitação, que seria a inclusão

ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO PLENÁRIO DO COMITÊ GUANDU/RJ 2021 – 02.12.2021

53 de pauta da prestação de contas prévia de 2021. Nelson Reis (OMA-Brasil), informou que se faz
54 necessário uma revisão da instrução normativa para que as votações não fossem nominais, porque assim
55 ganhariam tempo e seriam mais efetivos. A Diretora Ana Asti (SEAS) concordou com Nelson Reis (OMA-
56 Brasil). Nesse momento a Secretaria Executiva informou que conforme a Resolução 149 sobre reuniões
57 por videoconferência, os votos seriam nominais e somente seriam válidos quando registrados por escrito
58 no chat ou gravado através do microfone. A diretora Ana Asti (SEAS) solicitou que a Secretaria Executiva
59 procedesse com a votação nominal de inclusão de pauta da solicitação da Tatiana Bastos (IDC). Mayná
60 Coutinho (CEDAE), Bruna Pessanha (GERDAU), Sabina Campagnani (FURNAS), Viviane Montebello
61 Carvalhosa (NUCLEP), Franziska Huber (FAETERJ/Paracambi), João Bosco de Salles (UEZO), Tatiana
62 Bastos (IDC), Esdras da Silva (FAMEJA), Mauro Pereira (Defensores do Planeta), Uiará Martins
63 (FONASC), Marcelo Danilo (ANAGEA), Karina Alencar (ABES-RIO), Ranyere de Souza (P.M. Vassouras),
64 Andreia Loureiro (P.M. Queimados), Mario Amaro (P.M. Piraí), Zulmira Izolani (P.M. Paracambi), Mariluci
65 Martelleto (EMATER-RIO), Ana Asti (SEAS), Hélio Vanderlei Coelho Filho (INEA), Marco Antônio Barbosa
66 (CREA/RJ), totalizando 20 (vinte) votos favoráveis à inclusão de pauta referente à prestação de contas
67 periódica das atividades realizadas pela diretoria. Logo após a votação, a Diretora Ana Asti (SEAS)
68 solicitou à Secretaria Executiva que procedesse com a votação nominal referente à segunda solicitação
69 de inclusão de pauta que seria sobre a aprovação dos eventos Megacidade em janeiro de 2022 e Fórum
70 Mundial da Água em março de 2022 em Senegal. Lucas Bergamim (IGUÁ), Mayná Coutinho (CEDAE),
71 Bruna Pessanha (GERDAU), Sabina Campagnani (FURNAS), Franziska Huber (FAETERJ/Paracambi),
72 Tatiana Bastos (IDC), Mauro Pereira (Defensores do Planeta), Uiará Martins (FONASC), Marcelo Danilo
73 (ANAGEA), Karina Alencar (ABES-RIO), Ranyere de Souza (P.M. Vassouras), Andreia Loureiro (P.M.
74 Queimados), Mario Amaro (P.M. Piraí), Zulmira Izolani (P.M. Paracambi), Mariluci Martelleto (EMATER-
75 RIO), Ana Asti (SEAS), Hélio Vanderlei Coelho Filho (INEA), Marco Antônio Barbosa (CREA/RJ),
76 totalizando 18 votos favoráveis a inclusão de pauta referente à aprovação dos eventos Megacidade e
77 Fórum Mundial da Água em 2022. **ITEM 2** – A diretora Ana Asti (SEAS) questionou à Secretaria Executiva
78 se houve alguma manifestação em relação às atas dos dias 03/08/2021 e 26/08/2021, e a mesma informou
79 que não houve nenhuma manifestação e que as atas teriam sido enviadas há 15 (quinze) junto com os
80 demais materiais da reunião. Uiará Martins (FONASC) solicitou fala, informando que na ata do dia
81 26/08/2021, a pessoa que havia se identificado como representante da AMBEV, não era o representante,
82 e que na página do Comitê existia um erro sobre o suplente na AMBEV, e que não existia isso dentro da
83 estrutura do Comitê, e questionou à Diretora Ana Asti (SEAS) como ficaria essa questão que houveram
84 aprovações em Plenária com o voto dessa pessoa não representante, a mesma não poderia ter votado e
85 solicitou uma cópia da gravação da reunião. A Secretaria Executiva informou que realmente teria ocorrido
86 um erro no site do Comitê, aonde apareciam dois nomes na Instituição da AMBEV, mas que o site já
87 estava sendo atualizado, e explicou que quando algum membro da instituição não pode participar das
88 reuniões, a instituição envia um ofício informando seu representante em uma devida reunião. E na reunião
89 citada não tinha lembrança se haviam recebido nenhum ofício de substituição, mas quando o
90 representante não for oficialmente indicado por ofício seu voto não seria computado. Assim, a secretaria
91 verifica esta questão no momento de votação. A Diretora Ana Asti (SEAS) solicitou à Secretaria Executiva
92 que ficasse registrado nesta ata (02/12/2021) a colocação da Uiará Martins (FONASC) e solicitou o retorno
93 sobre a questão do representante da AMBEV na votação da reunião do dia 26/08/2021. Logo em seguida
94 a Secretaria Executiva informou que na reunião do dia 26/08/2021 a representante da AMBEV, Ariane,
95 estaria oficialmente indicada por ofício, e desta forma seu voto teria sido válido e computado. Como não
96 houveram mais manifestações, a Diretora Ana Asti (SEAS) solicitou à Secretaria Executiva que
97 procedesse com a votação nominal da aprovação das minutas das atas dos dias 03/08/2021 e 26/08/2021.
98 Lucas Bergamim (IGUÁ), Mayná Coutinho (CEDAE), Bruna Pessanha (GERDAU), Sabina Campagnani
99 (FURNAS), Franziska Huber (FAETERJ/Paracambi), Tatiana Bastos (IDC), Mauro Pereira (Defensores do
100 Planeta), Marcelo Danilo (ANAGEA), Karina Alencar (ABES-RIO), Viviane Montebello Carvalhosa
101 (NUCLEP), Alberto Lootens (P.M. Piraí), Andreia Loureiro (P.M. Queimados), Mario Amaro (P.M. Piraí),
102 Juliana Pachani (P.M. Mendes), Zulmira Izolani (P.M. Paracambi), Mariluci Martelleto (EMATER-RIO), Ana
103 Asti (SEAS), Hélio Vanderlei Coelho Filho (INEA), Marco Antônio Barbosa (CREA/RJ) favoráveis e Uiará
104 Martins (FONASC) contrária, totalizando 20 (vinte) votos, sendo 19 (votos) favoráveis, 1 (um) contra e

ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO PLENÁRIO DO COMITÊ GUANDU/RJ 2021 – 02.12.2021

105 nenhuma abstenção. Gilvoneick de Souza (Instituto Sociambiental) concordou com a fala de Uiara Martins
106 (FONASC) sobre abrir precedentes para pessoas que não estariam devidamente documentadas para
107 serem substituídas como representantes em Instituições, e em relação à pauta, disse que precisaria ser
108 ajustada porque havia algumas demandas que foram aprovadas e não obtiveram nenhuma alteração. A
109 Diretora Ana Asti (SEAS) solicitou à Secretaria Executiva que seguissem para o próximo item. **ITEM 3** - A
110 Secretaria Executiva informou que na última plenária haviam sido aprovadas as inscrições da IGUÁ Rio
111 de Janeiro S.A. que teria entrado como suplente da CEDAE-Abastecimento no setor de sistemas de
112 abastecimentos, Águas do Rio que teria entrado como suplente da CEDAE-Saneamento no setor de
113 Saneamento dos municípios da Bacia e a Reduc que havia entrado como titular em sistemas de
114 transposição que seria um setor que estaria com vaga aberta. Informou ainda, que algumas delas não
115 estavam presentes na última plenária durante o momento que foi solicitado se apresentarem, então os
116 membros presentes na ocasião, concordaram em aguardar uma próxima Plenária para que fosse
117 registrado em Ata a colocação desses setores, mas que já estariam inseridos na composição do Comitê
118 e a Reduc já havia sido apresentada por uma funcionária que atuava dentro da empresa e que na data
119 desta reunião (02.12.2021) não estaria presente, mas que as Instituições IGUÁ e Águas do Rio estariam
120 presentes, e fariam uma apresentação cada uma sobre suas Instituições. Lucas Tadeu Bergamim (IGUÁ)
121 cumprimentou a todos e se apresentou dizendo que sua formação era Engenheiro Ambiental, que suas
122 atividades estariam ligadas diretamente ao meio ambiente, sua carreira havia sido construída em
123 saneamento básico, estaria como Diretor de Operações das unidades no Rio de Janeiro, Paty de Alferes
124 e Miguel Pereira e fez uma breve apresentação da Iguá, na qual teria uma presença nacional pulverizada
125 em 40 (quarenta) municípios, 5 (cinco) Estados (Rio de Janeiro, Alagoas, Mato Grosso, Paraná, Santa
126 Catarina e São Paulo), 19 (dezenove) operações, atuando nas modalidades de concessões a plenas de
127 água e esgoto, PPPs esgoto e PPPs água, com quadro de mais de 2.200 (dois mil e duzentos)
128 colaboradores diretos, fora os indiretos que estariam atrelados a todas as obras e atividades ligadas ao
129 cumprimento dos objetivos de cada unidade específica. Informou que o modelo de governança seria o
130 instrumento fundamental para o cumprimento dos objetivos da empresa, que estaria baseada na
131 transparência sendo mais eficientes no controle e prestação de contas e que a estrutura organizacional
132 privilegiava a integração entre as áreas, pessoas e o trabalho colaborativo e que um dos maiores objetivos
133 da empresa seria se tornarem referência de sustentabilidade no saneamento mundial até 2030. No bloco
134 2 Rio de Janeiro, teriam uma estimativa de investimento ao longo de 35 (trinta e cinco) anos de R\$ 2,4 Bi
135 (dois bilhões e quatrocentos milhões de reais), com atendimento de 1,2 (um milhão e duzentas mil)
136 pessoas. No bloco 2 Miguel Pereira teria uma estimativa de investimento de R\$ 156.000.000,00 (cento e
137 cinquenta e seis milhões de reais) focando aumentar a coleta de esgoto em 5 (cinco) anos, universalizar
138 o acesso à água potável e expandir a Tarifa Social. No bloco 2 Paty do Alferes teria uma estimativa de R\$
139 147.000.000,00 (cento e quarenta e sete milhões de reais) focando aumentar a coleta de esgoto em 12
140 (doze) anos, universalizar o acesso à água potável e expandir a Tarifa Social. Apresentou uma linha do
141 tempo até começarem as operações, que em junho de 2021 teria sido feita a homologação do resultado,
142 em agosto de 2021 foi feita a assinatura do contrato e que estariam na fase atual (agosto/2021 a
143 janeiro/2022) executando uma operação assistida, e que no dia sete em fevereiro de dois mil e vinte e
144 dois dariam início às operações da Iguá. Ao final, agradeceu a todos pela oportunidade de apresentar um
145 pouco da empresa. A Diretora Ana Asti (SEAS) agradeceu a apresentação e o cumprimentou por estar
146 iniciando como membro no Comitê Guandu. Tatiana (AEGEA) iniciou uma breve introdução institucional
147 da Águas do Rio que seria vinculada ao grupo AEGEA que seria líder do setor privado de saneamento
148 básico do Brasil, que estaria atuando em mais de 150 (cento e cinquenta) cidades, e que o projeto do Rio
149 de Janeiro representaria a metade da população nacionalmente atendida. Informou que o grupo seria
150 composto por duas famílias do interior de São Paulo com 70% (setenta por cento) das ações do grupo,
151 20% (vinte por cento) do fundo soberano de Cingapura e 10% (dez por cento) das ações do grupo Itaúsa.
152 Informou que a CEDAE iria continuar existindo, que seria uma parceria entre o público e o privado, e que
153 a CEDAE ficaria responsável pela captação e tratamento da água nas principais bacias hidrográficas,
154 incluindo o Guandu, e a AEGEA ficaria responsável pela distribuição da água e pela rede de tratamento
155 de esgoto em 27 (vinte e sete) cidades, incluindo Rio de Janeiro nas zonas sul, norte e centro da cidade
156 e diversas cidades que iriam compor a região metropolitana e interior do Estado e região dos lagos, e que

ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO PLENÁRIO DO COMITÊ GUANDU/RJ 2021 – 02.12.2021

157 teriam 5 (cinco) mil contratações diretas, gerando aproximadamente 15 (quinze) mil empregos
158 indiretos. Caroline Lopes (AEGEA) fez uma breve apresentação sobre as metas de curto prazo dentro da
159 Águas do Rio, informando que teriam uma atuação que permearia todos os Estados da Federação, com
160 uma representação de 56% (cinquenta e seis por cento) do capital privado do país e 16% (dezesseis por
161 cento) do mercado total do setor de saneamento no país, que a AEGEA havia ficado responsável pelos
162 blocos 1 e 4, que englobavam 27 (vinte e sete) municípios do Estado do Rio de Janeiro, incluindo alguns
163 bairros da capital do Rio, com um fluxo muito grande de investimentos que aconteceria ao longo de 35
164 anos do contrato de concessão, onde nos primeiros cinco anos teriam um investimento de R\$
165 7.000.000,00 (sete) milhões de reais e a longo prazo esse valor chegaria a R\$ 24.000.000,00 (vinte e
166 quatro) milhões de reais. Informou que a Águas do Rio havia chegado com uma proposta de regularização
167 do abastecimento levando saúde para a população, e que teriam diversos compromissos ambientais com
168 foco no combate à poluição, e que um dos maiores desafios da Águas do Rio seria o bloco 4 (quatro), e
169 que a principal contribuição da AEGEA seria dar ao Estado do Rio de Janeiro um nível de segurança
170 hídrica que seria o investimento na Bacia do Guandu, aonde iriam investir nos cinco primeiros anos do
171 contrato de concessão R\$ 645.000.000,00 (seiscentos e quarenta e cinco) milhões de reais em obras de
172 esgotamento em Japeri, Queimados e teria uma previsão de uma parte de Nova Iguaçu que vertia para a
173 Bacia do Guandu e informou que as metas da AEGEA dentro do contrato de concessão seria terem 90%
174 (noventa por cento) do esgoto de Japeri e Queimados coletados e tratados nos cinco primeiros anos de
175 concessão e em Nova Iguaçu também se aplicaria um trecho drenante da Bacia do Guandu, por fim
176 agradeceu a oportunidade e disse contar com a parceria do Comitê, que seriam potenciais parceiros em
177 projetos em qualidade de água. Gilvoneick de Souza (Instituto Socioambiental) se colocou contrário à
178 cobrança da tarifa social. Tatiana Bastos (IDC) convidou as duas instituições IGUÁ e Águas do Rio para
179 integrarem o grupo de trabalho saneamento básico e informou que na próxima reunião do Grupo de
180 Trabalho o INEA havia se comprometido a fazer uma apresentação sobre a segurança no planejamento
181 e as condicionantes de segurança hídrica das Indústrias da região do Comitê Guandu. Lucas Tadeu
182 Bergamim (IGUÁ) fez uma contribuição em relação à questão de tarifa social, que seria uma
183 instrumentalização à abrangência que permeariam a sociedade e seria atrelada às questões contratuais,
184 tanto os ritos para aprovação das moradias dos clientes que se enquadrariam, contra os limites dentro do
185 volume total de economias do contrato, todas essas regras elas seriam vinculadas ao contrato e
186 conduzidas pelo poder concedente, dessa forma a concessionária iria operacionalizar, não iria construir
187 regras nem limites. Uiara Martins (FONASC) questionou como estaria a tubulação a base de chumbo, se
188 ainda existia esse tipo de tubulação. Caroline Lopes (AEGEA) informou que no momento ainda não teria
189 nenhum diagnóstico completo preparado ao nível de detalhe do questionamento, que estaria na metade
190 do contrato de concessão, então que seria muito preliminar falar sobre os ativos no momento. Lucas Tadeu
191 Bergamim (IGUÁ) informou também que ainda estariam no processo de elaboração do plano diretor e que
192 iriam nortear conforme pontuado todas as atividades nos próximos anos e que teriam grandes
193 investimentos. Gilvoneick de Souza (Instituto Socioambiental) solicitou que em uma outra oportunidade
194 abrissem uma discussão sobre a cobrança de tarifa social, e mais uma vez disse ser contrário à cobrança
195 de tarifa social. Marco Antônio Barbosa (CREA-RJ) perguntou às Instituições Iguá e Águas do Rio se
196 gostariam de fazer uma palestra no Conselho de Meio Ambiente do Rio de Janeiro e se estariam cientes
197 sobre o plano de saneamento básico feito pela Rio Águas. Lucas Tadeu Bergamim (IGUÁ) informou que
198 todos os documentos, trabalhos inclusive o plano Municipal de saneamento básico, estariam incorporados
199 aos estudos do plano diretor e as demais atividades de planejamento, que não seria um dos lastros no
200 ponto de planejamento e de engenharia, seria uma forma mais objetiva, sem muito detalhe. Caroline Lopes
201 (AEGEA) informou que no momento em que aconteceu a concessão BNDES, ele havia disponibilizado
202 diversos materiais entre eles os planos de cada município e todos esses documentos que fizeram parte
203 dessa concessão, e que haviam sido amplamente debatidos com a equipe técnica dentro da empresa e
204 seriam considerados dentro do escopo de planejamento. A Diretora Ana Asti (SEAS) agradeceu às duas
205 Instituições Iguá e Águas do Rio pelas apresentações e solicitou que fossem para o próximo item. **ITEM 4**
206 – A Diretora Ana Asti (SEAS) solicitou à Secretaria Executiva que fizesse um breve resumo da minuta de
207 Resolução que “Dispõe sobre a criação e as diretrizes de funcionamento do Grupo de Trabalho de
208 Juventude (GTJ)” A Secretaria Executiva informou que ela já vinha sendo trabalhada havia uns dois anos,

ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO PLENÁRIO DO COMITÊ GUANDU/RJ 2021 – 02.12.2021

209 e retornado para plenária e havia voltado de novo, e teria como objetivo a criação de um espaço para
210 participação da Juventude no Comitê Guandu, com faixa etária entre 18 e 29 anos, e prosseguiu com a
211 leitura da minuta de resolução. Ao final da leitura a Diretora Ana Asti (SEAS) solicitou as inscrições de
212 fala. Uíara Martins (FONASC) informou que gostaria de ressaltar dois pontos, o primeiro seria sobre o
213 Artigo 13 (treze) que dizia que seria criada uma nova resolução, isso seria para recebimento de ajuda de
214 custo? E informou que já haviam definido sobre ajuda de custo e o segundo ponto, disse que não havia
215 entendido como seria o processo para participação dos jovens no Grupo de Trabalho, se seria feito através
216 de publicidade, divulgação. Mauro Pereira (Defensores do Planeta) parabenizou o salto do Comitê em
217 relação à inclusão da juventude nos Grupos de Trabalho e que incluísse os 15 (quinze) territórios da Bacia
218 e propôs para a seleção que criasse uma comissão de membros do Comitê para que pudessem observar
219 esses jovens teriam interesse e se seriam mesmo da Bacia ou oriundos de outras empresas, que o ideal
220 seria terem esses jovens engajados, que já tivessem um histórico de lutas nos territórios. Informou também
221 sobre o processo do Fórum da Juventude sobre a agenda 2030, e que no próximo ano iria acontecer o
222 Fórum da Juventude do Rio de Janeiro que seria na UEZO. A Diretora Ana Asti (SEAS) informou que
223 estaria muito satisfeita com a resolução e iniciativa fundamental do Guandu de trazer a juventude para
224 perto. Gilvoneick de Souza (Instituto Socioambiental) falou que a proposta seria muito interessante e que
225 o espaço nos Grupos de Trabalho seriam técnicos políticos, então teriam que colocar pessoas que
226 entendessem de questões técnicas hídricas e políticas hídricas. Marcelo Danilo (ANAGEA) achou
227 importante resgatar o questionamento da Uíara Martins (FONASC) sobre a questão da ajuda de custo,
228 que havia sido muito debatida na época, que inclusive havia passado pelo parecer jurídico e tinha sido
229 adequado, e citou também o que o Mauro Pereira (Defensores do Planeta) colocou sobre a proposta de
230 que os jovens conduzissem a gestão desse Grupo de Trabalho, o jovem que fosse indicado pela
231 Instituição, fizesse parte do Comitê. A Secretaria Executiva informou que seria importante que essa
232 juventude participasse e tivesse um apoio financeiro assim como os membros das instâncias, referindo-
233 se à participação em reuniões por conta dos deslocamentos, respondendo a questão da ajuda de custo,
234 informou que na época o parecer jurídico disse que ajuda de custo mencionava uma figura do ECA, e
235 serviço voluntário a lei disciplinava como ressarcimento de despesas mediante autorização da entidade e
236 sugeriu que trocassem para ressarcimento, já que os jovens não seriam membros do Comitê e havia
237 também colocado na minuta que criassem uma resolução específica para custear a participação desses
238 jovens. O outro questionamento em relação à divulgação de abertura de inscrições, seria através de
239 divulgação para chamada pública em escolas, universidades e instituições da sociedade civil organizada
240 e movimentos sociais. Respondendo ao outro questionamento, seria criada uma comissão composta por
241 membros do Comitê para fazer a avaliação desses jovens, para atestar a lisura de que esses jovens
242 seriam oriundos dos 15 (quinze) territórios e que tivessem atuação comprovada. Uíara Martins (FONASC)
243 solicitou que não houvesse diferença de valores, e teria que ter o mesmo tratamento para todos aqueles
244 que participassem e sugeriu que criassem um artigo para que os jovens ganhassem um certificado de
245 participação, e foi criado o Artigo 14, e reafirmou o que o Mauro Pereira (Defensores do Planeta) sugeriu,
246 a criação de um grupo de acompanhamento. Gilvoneick de Souza (Instituto Socioambiental) propôs que
247 pegassem alunos de escolas públicas que estariam cursando técnico em meio ambiente, como seria o
248 caso da escola Presidente Kennedy em Belford Roxo, e se formariam em colaboradores no processo
249 hídrico. A Diretora Ana Asti (SEAS) solicitou que a proposta do Gilvoneick de Souza (Instituto
250 Socioambiental) fosse colocada em uma outra reunião, por ser bem interessante, logo depois solicitou à
251 Secretaria Executiva que começasse a votação nominal para a aprovação da minuta de Resolução que
252 “Dispõe sobre a criação e as diretrizes de funcionamento do Grupo de Trabalho de Juventude (GTJ)”. A
253 Secretaria Executiva começou a votação. Mayná Coutinho (CEDAE), Bruna Pessanha (GERDAU), Sabina
254 Campagnani (FURNAS); Tatiana Bastos (IDC); Marcelo Danilo (ANAGEA); Karina Alencar (ABES-RIO);
255 Uíara Martins (FONASC); Orlando de Souza Pereira (Associação Civil do Vale Verdejante); Esdras da
256 Silva (FAMEJA); Mario Amaro (P.M. Pirai); Zulmira Izolani (P.M. Paracambi); Mariluci Martelleto
257 (EMATER-RIO); Ana Asti (SEAS); Adriane Sales (P.M. Seropédica); Marco Antônio Barbosa (CREA/RJ);
258 Nelson Rodrigues dos Reis Filho (OMA-Brasil); Mauro Pereira (Defensores do Planeta), totalizando 17
259 (dezesete) votos favoráveis, nenhum contra e nenhuma abstenção. Ao final da votação a Diretora Ana
260 Asti (SEAS) comunicou oficialmente que ficava aprovada a minuta de Resolução que “Dispõe sobre a

ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO PLENÁRIO DO COMITÊ GUANDU/RJ 2021 – 02.12.2021

261 criação e as diretrizes de funcionamento do Grupo de Trabalho de Juventude (GTJ)”. **ITEM 5** – A
262 Secretaria Executiva informou que todos os anos no mês de dezembro elaboravam a proposta de
263 calendário das Reuniões Ordinárias de Plenária e de Câmaras Técnicas para aprovação pela Plenária do
264 calendário do ano seguinte, e em seguida projetou a apresentação do calendário para 2022. Tatiana
265 Bastos (IDC) foi contrária à mudança das reuniões mensais para bimestrais, e questionou o motivo dessa
266 mudança. Sabina Campagnani (FURNAS) questionou como seria a primeira reunião da Câmara Técnica,
267 que estaria agendada na quinta feira logo após o feriado de carnaval e sugeriu se não poderiam alterar
268 essa data e porque as reuniões passaram de mensais para bimestrais. Uiara Martins (FONASC)
269 concordou com Tatiana Bastos (IDC) que as reuniões teriam que ser mensais e questionou quais teriam
270 sido os argumentos utilizados para a criação do calendário e se havia passado por alguma Câmara
271 Técnica. Antônio de Souza (AGEVAP) informou que havia feito e apresentado à diretoria colegiada um
272 levantamento para a construção do calendário fixo de 2022, e que uma das questões que as reuniões
273 fossem bimestrais, seria que se demandariam muito tempo da Secretaria Executiva com reuniões e
274 exemplificou que no ano de 2020, no mês de maio houveram 24 reuniões em 21 dias úteis, que num total
275 de 168 horas de trabalho da Secretaria Executiva, 70 (setenta) horas e 18 (dezoito) minutos, ou seja, 42%
276 (quarenta e dois por cento) de hora útil haviam sido dedicadas às reuniões. Que os tempos dedicados às
277 reuniões seriam maiores que o período da qual ela seria realizada, que para preparação de uma reunião,
278 demandariam várias atividades, como agendamento, construção da pauta, levantamento de dados,
279 registros, atas, encaminhamentos, e que tudo isso vinha desencadeando vários fatores como muitos
280 debates aleatórios com pouca objetividade, falta de foco no que realmente deveria ser trabalhado, conflito
281 de datas, falta de quórum, falta de efetividade com não cumprimento das metas e pouco monitoramento.
282 Informou que com as reuniões bimestrais não estariam limitando o número de reuniões ordinárias, mas
283 tirando a obrigatoriedade em busca de diminuir o excesso e aumentar a efetividade dos trabalhos dentro
284 das instâncias. Que em uma eventual necessidade poderiam estar recorrendo para a marcação de uma
285 reunião extraordinária, respeitando as datas para a criação da pauta e convocação daquela determinada
286 reunião. Como objetivo final seria a produtividade. Por fim, informou que esse novo calendário de 2022
287 havia sido baseado nesses estudos. Nelson Reis (OMA-Brasil) questionou porque ainda se fazia ata, que
288 poderia colocar a gravação em algum canal de internet, citou (Youtube), que realmente seria muita perda
289 de tempo ainda estar fazendo o registro das reuniões através de atas, que a pessoa que quisesse saber
290 o que havia sido discutido, decidido nas reuniões poderia estar assistindo por meio de algum canal, e o
291 que o Antônio de Souza (AGEVAP) havia exposto seria de extrema relevância, que dessa forma poderiam
292 conseguir mais objetividade e os profissionais seriam utilizados de forma mais efetiva. Marco Antônio
293 Barbosa (CREA-RJ) parabenizou a apresentação do Antônio de Souza (AGEVAP) pelo relatório referente
294 a tudo que seria relacionado a organização de uma reunião e discordou da posição de Nelson Reis (OMA
295 Brasil) quanto a não realização de atas, que as atas seriam importantes, só precisariam optar por uma
296 forma mais efetiva da realização das mesmas, que poderia ser por meio eletrônico, sistema escrito.
297 Tatiana Bastos (IDC) questionou à Secretaria Executiva o número de reuniões da Câmara Técnica de
298 Saneamento Básico que não haviam sido realizadas por falta de quórum e disse ser contrária às reuniões
299 de saneamento básico serem bimestrais. Uiara Martins (FONASC) expressou que seria a Câmara Técnica
300 que deveria estabelecer o calendário de reuniões, porque a mesma saberia a real necessidade de
301 demanda e que se não houvesse mão de obra suficiente que fosse providenciado, que não caberia a
302 Secretaria Executiva tomar essa decisão. A Diretora Ana Asti (SEAS) lembrou que estavam tomando a
303 decisão em plenária e que o estudo apresentado pela Secretaria Executiva havia sido interessante. Uiara
304 Martins (FONASC) disse que o que estava sendo apresentado seria uma visão e uma crítica da Secretaria
305 Executiva e que esse não seria o papel da mesma e que o estudo que havia sido apresentado teria que
306 ter passado pelas Câmaras Técnicas primeiro antes de ter ido para a plenária. A Diretora Ana Asti (SEAS)
307 informou que a intenção da Secretaria Executiva em trazer esse estudo teria sido para apoiar a plenária
308 na tomada de decisão, não contrariar, nem desrespeitar qualquer pessoa. Gilvoneick de Souza (Instituto
309 Socioambiental) informou que a apresentação feita pela Secretaria Executiva teria sido algo muito positivo,
310 mas que precisaria ser analisado, porque as vezes haviam algumas discussões que não iriam agregar
311 nenhum valor eram discutidas e outras que agregariam acabavam ficando de fora e que se perdia muito
312 tempo em discussões com atas, e seria importante à Secretaria Executiva colocar nas reuniões as

ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO PLENÁRIO DO COMITÊ GUANDU/RJ 2021 – 02.12.2021

313 prioridades para a melhoria da questão hídrica da bacia e que a Câmara Técnica que deveria de fato
314 decidir quantas reuniões seriam necessárias para atender às suas demandas. Antônio de Souza
315 (AGEVAP) respondeu quanto à questão colocada em relação a não realização da ata, que a mesma seria
316 regimental, que não tinha muito o que fazer. Respondendo a Tatiana Bastos (IDC) que não havia dito que
317 as Câmaras Técnicas tinham problemas com quórum e havia citado as reuniões dos Grupos de Trabalho.
318 Em relação ao calendário, ele está no Regimento, Artigo 12 (doze), parágrafo primeiro, que as reuniões
319 teriam seu calendário fixo aprovado nas últimas reuniões Plenárias, e que isso já vinha acontecendo há
320 muitos anos, que a plenária que decidiria o calendário como estaria sendo proposto, depois o Comitê
321 Guandu decidiria em prática, e sobre a questão da agência delegatária para a política nacional e estadual,
322 ela daria o suporte técnico administrativo aos Comitês de Bacia entre outras funções como Secretaria
323 Executiva, e que estariam com esse estudo para ser debatido e votado, seria uma proposta, e não seria
324 uma imposição de reduzir o número de reuniões das instâncias. Marco Antônio Barbosa (CREA-RJ) disse
325 que o trabalho feito pela Secretaria Executiva havia sido muito bem elaborado a fim de alertarem as
326 condições de que o trabalho do Comitê não vinha sendo produtivo e que deveriam levar em consideração
327 o relatório apresentado pela Secretaria Executiva como ponto positivo e não a fim de confrontar as
328 pessoas. Esdras Silva (FAMEJA) expressou que as reuniões da Câmara Técnica de Saneamento Básico
329 deveriam ser mensais pois teriam trabalhos extensos, e antes de trazerem à plenária a proposta do
330 calendário 2022, deveria ter sido passada pelas Câmaras Técnicas. Tatiana Bastos (IDC) propôs alteração
331 das reuniões da Câmara Técnica de Saneamento Básico para mensais. Uíara Martins (FONASC) propôs
332 que deveriam estar no calendário a reunião da comissão de análise de contrato de gestão e quem deveria
333 decidir o calendário deveria ser a Câmara Técnica e não a Delegatária. Logo em seguida a Diretora Ana
334 Asti (SEAS) solicitou à Secretaria Executiva que iniciasse a votação para aprovação do Calendário 2022
335 proposto com a alteração das reuniões da Câmara Técnica de Saneamento Básico para reuniões mensais.
336 Mayná Coutinho (CEDAE), Sabina Campagnani (FURNAS); Tatiana Bastos (IDC); Marcelo Danilo
337 (ANAGEA); Uíara Martins (FONASC) votou contra; Esdras da Silva (FAMEJA); Mariluci Martelleto
338 (EMATER-RIO) se absteve; Ana Asti (SEAS); Marco Antônio Barbosa (CREA/RJ) votou contra; Nelson
339 Rodrigues dos Reis Filho (OMA-Brasil); Hélio Vanderlei (INEA); Evandro da Silva Batista (P.M. Rio Claro)
340 totalizando 12 (doze), sendo 9 (nove) favoráveis, 2 (dois) contra e 1 (uma) abstenção. **ITEM 6** – Mayná
341 Coutinho (CEDAE) fez uma breve explanação da minuta de Resolução, e informou que já havia sido
342 reavaliada pela CTIL-G e apresentada na última Plenária que estava voltando para esta sem qualquer
343 alteração para que fosse votada e possivelmente aprovada, pois já estaria completa e já havia sido
344 trabalhada por outras instâncias. Uíara Martins (FONASC) informou que havia feito alguns
345 questionamentos e a minuta de Resolução estaria voltando para ser votada sem nenhuma alteração.
346 Gilvoneick de Souza (Instituto Socioambiental) informou que havia participado da discussão dessa minuta
347 de Resolução e que seria uma boa resolução, e que poderia ser aprovada e que poderia ser melhorada a
348 qualquer tempo. Mayná Coutinho (CEDAE) entendeu que como já havia passado por outras instâncias e
349 o documento já havia sido avaliado por muito tempo e não havia tido nenhuma proposta de alteração
350 específica em nenhum artigo que a minuta de resolução pudesse ser aprovada nesta plenária e em algum
351 momento poderia ser revista e melhorada. Uíara Martins (FONASC) questionou em relação aos aspectos
352 legais os artigos 7 e 8, e informou ter dúvidas em relação ao termo Julgamento, que deveria vir
353 acompanhado de um parecer Jurídico como todas as resoluções. A Secretaria Executiva informou que o
354 Jurídico havia acompanhado as reuniões na época e que havia feito algumas contribuições diretamente
355 em reunião e diretamente no arquivo, e que havia corrigido algumas falhas inclusive de alguns pontos que
356 estavam sendo colocados durante reunião, então que esse documento já trazia as contribuições do
357 Jurídico. A Diretora Ana Asti (SEAS) solicitou à Secretaria Executiva que iniciasse a votação para
358 aprovação da minuta de Resolução que “Institui regras de convivência do Comitê Guandu-RJ e dá outras
359 providências” com a alteração do termo “julgá-la para encaminhar no Artigo 7. Mayná Coutinho (CEDAE),
360 Sabina Campagnani (FURNAS); Tatiana Bastos (IDC) se absteve; Marcelo Danilo (ANAGEA); Uíara
361 Martins (FONASC) se absteve; Esdras da Silva (FAMEJA); Ana Asti (SEAS); Marco Antônio Barbosa
362 (CREA/RJ); Nelson Rodrigues dos Reis Filho (OMA-Brasil); Hélio Vanderlei (INEA); Evandro da Silva
363 Batista (P.M. Rio Claro); Zulmira Izolani (P.M. Paracambi), totalizando 12 (doze) votos, sendo 10 votos
364 favoráveis, nenhum contra e 2 (duas) abstenções. A Diretora Ana Asti (SEAS) informou que pelo avançar

ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO PLENÁRIO DO COMITÊ GUANDU/RJ 2021 – 02.12.2021

365 da hora e como ainda faltavam muitos assuntos de pauta a serem discutidos, que marcassem uma nova
366 data pra conclusão dos itens de pauta dessa Plenária, logo todos concordaram, e em seguida solicitou à
367 Secretaria Executiva que marcasse a nova data para a próxima Plenária ainda dentro do mês de dezembro
368 e informasse a todos os membros. Os itens 7, 8, 9 e 10 foram postergados para a próxima data da Plenária
369 ainda no mês de dezembro de 2021 assim como as inclusões dos itens de pauta da solicitação da Tatiana
370 Bastos (IDC), o evento Mega Cidades e o Fórum Mundial de Água 2022 em Senegal. Por fim, agradeceu
371 aos presentes e encerrou a reunião às 18h20min. Eu, Cláudia Jacob da Costa Vasconcelos, tomei a termo
372 esta ata que segue assinada por:

373
374

Paulo de Tarso de Lima Pimenta (FIRJAN)
Diretor Geral

Ana Larronda Asti
Diretora Executiva

375

376 **Membros Presentes:**

377 Mayná Coutinho (CEDAE Saneamento); Bruna Pessanha (GERDAU); Sabina Campagnani (FURNAS);
378 Tatiana Bastos (IDC); Uiara Martins (FONASC), Marcelo Danilo da Silva Bogalhão (ANAGEA/RJ); Karina
379 Alencar (ABES/RJ); Nelson dos Reis Filho (OMA-Brasil); Orlando Pereira (Vale Verdejante); Hendrik
380 Mansur (TNC); Ranyere do Nascimento de Souza (P.M Vassouras); Andreia Loureiro (P.M. Queimados);
381 Mário Luiz Dias (PM Pirai); Evandro Batista (P.M. Rio Claro); Juliana Fusco Pachani (P.M Mendes);
382 Zulmira Helena Xavier (P.M Paracambi); Mariluci Sudo Martelleto (EMATER-Rio); Ana Asti (SEAS; Hélio
383 Vanderlei Coelho Filho (INEA); Marco Antônio Barbosa (CREA/RJ); Adriane Sales (PM Seropédica);
384 Viviane Montebello Carvalhosa (NUCLEP); Franziska Huber (FAETERJ-Paracambi); João Bosco de
385 Salles (UEZO); Caroline Lopes (Águas do Rio); Esdras da Silva (FAMEJA); Mauro Pereira (Defensores do
386 Planeta); Alberto Salgado Lootens (P.M. Barra do Pirai); Lucas Tadeu Bergamim Arrosti (IGUÁ).

387

388 **Convidados:**

389 Gilvoneick de Souza (Instituto Socioambiental); Ronald Gontijo (SMAMA); Gabriela Aguiar
390 (estagiária/FAETERJ-Paracambi); Yasmin de Paulo (estagiária/FAETERJ-Paracambi); Miguel Alvarenga
391 (ABES-RIO); André Leone (INEA); Juliana Gonçalves (IGUÁ); Bruno Martins (TERNIUM); Bruno Campos
392 (IDC); José Luiz Governo (ABES-RIO); Fátima Rocha (AGEVAP); Antônio Mendes (AGEVAP); Leandro
393 Oliveira (AGEVAP), Rayssa Duarte (Assessoria Jurídica), Secretaria de agricultura e pesca (Itaguaí);
394 Monique Fontes (P.M.Itaguaí); Matheus Miguel (AGEVAP); Kleiton Gomes (AGEVAP); Maria Adelaide
395 (AGEVAP); Cláudia Vasconcelos (AGEVAP); Marcelo Cruz (AGEVAP); Vanessa Matos (AGEVAP); Rafael
396 Venâncio (AGEVAP); Amanda Resende (AGEVAP); Vitor Lisboa (AGEVAP).